

**Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Operacionalização no  
Território da Cantuquiriguaçu (PR)**

**Food Acquisition Program - PAA. Operation in the Territory  
Cantuquiriguaçu (PR)**

**Marcos Roberto Pires Gregolin**

E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br

Graduado em Comunicação Social e em Gestão de Cooperativas. Graduando em Agronegócios, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável e Doutorando em Extensão Rural – UFSM.

**Cristina Sturmer Dos Santos**

E-mail: cristinasturmer@gmail.com

Economista, Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

**Anderson Sartorelli**

E-mail: anderson.sartorelli@hotmail.com

Economista, Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Rural – UFRGS.

**Pedro Ivan Christoffoli**

E-mail: pedroivanc@gmail.com.

Engenheiro Agrônomo, Mestre em Administração e Doutor em Desenvolvimento Sustentável. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Recebido em: 15/04/2018**  
**Aprovado em: 05/06/2018**

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão  
Rural (UFV)**

**ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.1 | JAN.-JUN.2018**

## RESUMO

Considerando a importância dos mercados institucionais para a agricultura familiar o presente estudo tem por objetivo investigar a situação da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território Cantuquiriguaçu, bem como a percepção dos diversos atores envolvidos em sua execução. Para tanto, inicialmente realizou-se pesquisa em bancos de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) com intuito de conhecer os números oficiais do programa. Após esse levantamento inicial, deu-se a pesquisa de campo, a qual buscou predominantemente informações qualitativas junto aos diversos atores envolvidos no cotidiano e na operacionalização do Programa. Percebeu-se uma aplicação significativa de recursos no Território Cantuquiriguaçu no período de 2010 a 2016 e que sua execução via CONAB se dá unicamente por meio de cooperativas e associações. Pôde-se observar também que o programa é bem avaliado por parte das entidades que recebem os produtos. Porém, diante desse potencial existem inúmeros entraves os quais demandam soluções para que efetivamente o programa se firme como um promotor de desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar; Mercados; Território.

## ABSTRACT

In this paper, it was examined the implications of the PAA (Food Acquisition Program) in Cantuquiriçu Territory, as well as the viewpoint of the different actors involved in its execution. To this, the first step was to do a research in the National Supply Company (CONAB) databases, to review the official numbers of the program in the Territory, following by an empirical research, which predominantly sought qualitative information with the different actors involved in the day-to-day of program's operational activities. The study revealed that the PAA has added a significant amount of resources into the Territory (2010-2016), that its execution via CONAB occurs only through cooperatives and associations and that the program is well evaluated by the entities that receive the products. However, although this potential, many obstacles demands solutions to the program have more effectiveness and promote sustainable development and family agriculture.

**Keywords:** Family farming; Markets; Territory.

## Introdução

Questões relacionadas com a pobreza e a exclusão social se destacam como problemáticas estruturais dentro do sistema capitalista. Algumas medidas, inúmeras vezes consideradas como superficiais, são adotadas no sentido de mitigar essa situação junto aos empreendimentos mais fragilizados. No bojo dessas ações, aquelas direcionadas na criação de oportunidades econômicas da população empobrecida têm demonstrado resultados interessantes.

A partir do início da década de 2000, a agricultura familiar tem vivenciado ações com esse foco, fruto de políticas públicas de combate à pobreza, incentivo a geração de emprego e renda no Brasil. No cenário nacional, podem ser citados dois programas que promovem esse processo de ativação e geração de emprego e renda para a agricultura, um aprovado em 2003, o chamado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as alterações realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado inicialmente em 1979, e que a partir de 2009, com a promulgação da Lei nº 11.947 passou a constituir uma reserva de mercados aos agricultores familiares e suas organizações.

Devido à importância desses programas faz-se necessário um estudo das potencialidades, deficiências e dos desafios em busca de aperfeiçoamento de suas operações. Nesse sentido, o presente artigo postula como objetivo investigar a situação da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cantuquiriguaçu, captando também as percepções dos diversos atores envolvidos em sua execução.

Definido como universo empírico do estudo, o Território Cantuquiriguaçu localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense, predominantemente na mesorregião Centro-Sul Paranaense. Este território apresenta algumas características interessantes e que valem ser destacadas, por exemplo, mais da metade de sua população, cerca de 52,12% reside em área rural (IBGE, 2010), 83% de todas as propriedades agropecuárias são consideradas de caráter familiar (IBGE, 2006). Considerando tais características, julga-se pertinente um estudo que busca avaliar ações, nesse caso o Programa PAA, que objetivam o desenvolvimento da agricultura familiar.

O artigo encontra-se estruturado em quatro seções, além desta introdução, a segunda apresenta um breve referencial teórico que versa sobre a agricultura familiar, comercialização e sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Na terceira é apresentada a metodologia utilizada para o estudo. A quarta seção apresenta as discussões gerais da análise dos dados, e por fim, na seção cinco são apresentadas as considerações finais.

## **Agricultura familiar, comercialização e o programa de aquisição de alimentos**

Ao se analisar o processo histórico de desenvolvimento brasileiro fica evidente a relevância e o papel da agricultura na formação social, cultural e econômica do País. Porém, o modelo de desenvolvimento relacionado às explorações agrícolas tem sua base em relações excludentes e pautadas num processo de acumulação e expansão do capital em suas diferentes fases (DELGADO, 2012).

Para a viabilização desse projeto, as políticas públicas e o foco da organização da agricultura priorizaram apenas a dimensão agrícola, o que desencadeou um processo histórico e estrutural de exclusão das populações rurais, principalmente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, os povos e comunidades tradicionais. Contudo foi em meados da década de 1960, com o advento da revolução verde e com a intensificação da industrialização brasileira que os processos excludentes vieram ao seu auge, fortalecendo os fluxos de êxodo rural e subordinando a agricultura ao setor industrial, e posteriormente ao financeiro (FAVARETO, 2006).

Diante deste cenário, surgem movimentos alternativos que irão reivindicar diferentes propostas de desenvolvimento para o meio rural, as quais vão além de uma perspectiva produtivista, e sim mais inclusiva e igualitária. Constitui-se assim, linhas de ação teóricas e práticas que irão fortalecer uma perspectiva de desenvolvimento rural que considera o campo um local de trabalho e vida. Estas ações direcionam esforços na valorização dos pequenos agricultores e dos povos tradicionais como forma de articulação de uma alternativa de desenvolvimento que extrapole o limiar dos significados do termo agrícola. Ademais englobam desde a luta por reforma agrária protagonizada pelos Sem-Terra e pequenos agricultores até as movimentações de indígenas e quilombolas, atingidos por barragens, ribeirinhos e outros segmentos do campo que encontraram espaço para reorganizarem suas lutas e articularem movimentos sociais após o fim da ditadura militar (OLIVEIRA, 2001).

Atualmente estes grupos outrora marginalizados, dentro de seus diversos arranjos produtivos e sociais, determinam efeitos positivos em suas realidades regionais, muito diferentes aos produzidos por grandes latifúndios produtores de monocultivos extensivos. A luta pelo reconhecimento e a necessidade de um marco regulatório o qual lhes garantisse acesso aos direitos e políticas públicas, protagonizou um debate diverso e

amplo sobre a denominação e as categorias que este segmento alternativo e resistente enquadraria.

Pode-se caracterizar como um divisor de águas na esfera governamental a promulgação da Lei nº 11.326 em 24 de Julho de 2006, a qual estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, e de quebra passa a reconhecer o segmento como uma categoria social e política no País.

É importante que se destaque o fato de que estas políticas de apoio ao setor agropecuário familiar, mesmo tendo um papel significativo para estruturar as famílias agricultoras e as comunidades rurais, não estão afastadas totalmente da lógica de acumulação do capital e do modelo de desenvolvimento hegemônico. Constata-se que a estrutura de apoio proporcionada por essas políticas e programas exclui, por diversos motivos, grande parte do contingente de famílias do campo e os que se inserem acaba, por vezes reproduzindo uma lógica de mercado que tende a inviabilizá-los.

Cabe salientar que desde o início dos anos 1990, o modelo dominante que ordena a agricultura não está mais submetido ao capital agroindustrial e sim ao capital financeiro. Estabelece-se nesse período o “*agribusiness*” que além de uma conotação técnica trouxe toda uma estrutura de projeto político para o campo brasileiro (DELGADO, 2012).

Nessa estrutura, a agricultura tem processos extremamente oligopolizados que garantem o poder das multinacionais desde os insumos (três empresas controlam 53% do mercado mundial de sementes, seis empresas de agrotóxicos dominam 76% do setor, e dez corporações controlam 41% do mercado de fertilizantes) até a comercialização dos produtos finais (no ano de 2009 as cinco maiores grupos varejistas no Brasil detêm 57% do faturamento do setor) (WESZ JÚNIOR, 2014; AGUIAR e FIGUEIREDO, 2011). Por mais que se possa perceber uma pequena diminuição na concentração do poder das corporações atuantes no varejo, faz-se necessário reconhecer que para o agricultor familiar, o acesso a estas redes com o intuito de atuar como fornecedor é demasiadamente complexo.

O que se desenha como alternativa para as famílias agricultoras são processos que promovam determinado nível de autonomia, ou seja, a inserção em canais de comercialização alternativos e atuação com matriz produtiva pautada em práticas fora das convencionais.

Reconhecendo que a comercialização apresenta-se como um gargalo e que restringe sensivelmente o desempenho da agricultura familiar, o governo federal brasileiro, a partir de 2003, desenhou um programa que desde sua criação buscou

promover a inserção deste segmento no mercado. A participação dos agricultores familiares neste mercado pode ser considerada uma oportunidade de ativação de potencial, além de viabilização e geração de emprego e renda, e isto se dá por meio de dois elementos distintos: o primeiro se refere a viabilização e garantia da comercialização coletiva, e o segundo ligado ao fomento a produção de alimentos orgânicos, como alternativa para a produção convencional.

O PAA foi oficializado por meio da Lei nº 10.696 de 02 de Julho de 2003 e se constitui como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, além de poder ser considerado como um programa sequencial ao PRONAF. Tem por objetivo principal garantir o acesso de quantidade e regularidade de alimentos às pessoas que não possuem segurança alimentar e nutricional, inclusão social e geração de renda no campo e a diminuição do êxodo rural (SARAIVA et al., 2013). O programa funciona, teoricamente de maneira simples, pois proporciona a venda de produtos dos agricultores familiares ao poder público, com dispensa de licitação, respeitando os valores vigentes no mercado local ou regional.

O PAA, em suas diversas modalidades, visa garantir o direito básico à alimentação para as pessoas que vivem socialmente em situação de insegurança alimentar e nutricional, destinando os produtos adquiridos para diferentes segmentos sociais (alimentação escolar nos municípios, alimentação em Creches, Abrigos, Albergues, Asilos e Hospitais Públicos, formação de bancos de alimentos, utilização em restaurantes populares e em cozinhas comunitárias); ao mesmo tempo em que procura fortalecer o setor da agricultura familiar, gerando emprego e renda no próprio meio rural. Com isso, pretende-se promover o desenvolvimento local, através da realização da produção na própria região produtora (MATTEI, S/A. p. 5).

Sobre a gestão do programa salienta-se que a tarefa fica a cargo de um grupo gestor, composto por seis ministérios e oficializado por meio do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008. Contudo a sua operacionalização é muito pautada na atuação de três ministérios, sendo eles, Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os dois primeiros são os que investem recursos orçamentários para operacionalizar o programa, e o terceiro é o que, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), realiza os procedimentos legais de contratação e gestão dos recursos.

Uma informação importante sobre o PAA é que ele é composto por modalidades pelas quais os agricultores e suas organizações podem acessá-lo. Atualmente encontram-se ativas seis modalidades: (1) Compra com Doação Simultânea, (2) Formação de

Estoques para a Agricultura Familiar, (3) Compra Direta da Agricultura Familiar, (4) Compra Institucional, (5) Incentivo à Produção do Leite e (6) Aquisição de Sementes. Cada uma destas possui limites distintos de recursos para serem acessados que vão de 4,5 a 8 mil reais ao ano/por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) de acordo com o Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Em tempo, referencia-se a pesquisa realizada por Grisa et al., (2009), na qual apontamentos a respeito do PAA oferecem subsídios para inúmeras discussões. Primeiramente os autores tecem considerações sobre os fatores limitantes do programa, que de acordo com suas pesquisas pairam em diversos aspectos. Dentre eles referencia-se o pouco conhecimento sobre a existência do programa e por vezes conhecimento insuficiente para sua operacionalização, a seleção de agricultores, que comumente deixa de lado os mais empobrecidos, o excesso de burocracia, sobretudo de documentação e também as dificuldades logísticas que inviabilizam o armazenamento ou a entrega de produtos (GRISA et al., 2009). Complementando as limitações Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) afirmam que os programas de compras institucionais ainda são insuficientes perante o universo total da agricultura familiar e que dentre os fatores da baixa participação dos agricultores figura a falta de informação, a baixa disponibilidade orçamentária em algumas rubricas do programa, os atrasos nos pagamentos, dentre outros (SOUZA-ESQUERDO e BERGAMASCO, 2014).

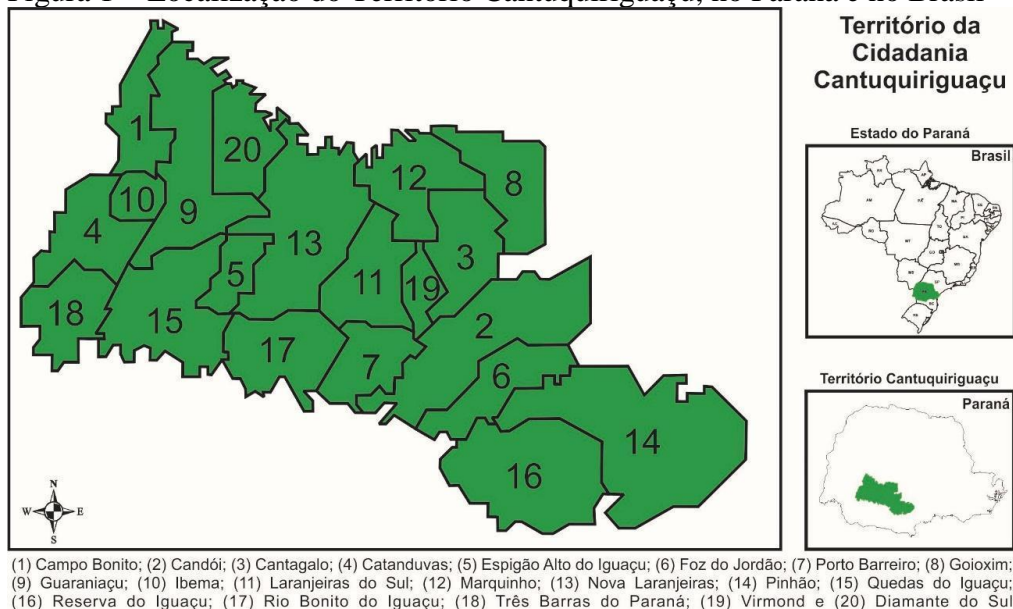
Analisando os aspectos positivos do PAA o estudo de Grisa et al. (2009), afirma que o programa pode influenciar positivamente na alteração da matriz produtiva e na formação de preços regionais além de influenciar nos padrões de consumo de alimentos por parte dos beneficiários. Soma-se ao anteriormente relatado o papel preponderante na garantia de mercado e organização da oferta (por ter um projeto prévio com cronograma de entrega) que é útil para o acesso em outros mercados (GRISA et al., 2009).

Complementando os pontos positivos já elencados, o fortalecimento do capital social e das organizações da agricultura familiar, promovido pela demanda organizativa do programa, também merece referências. Salienta-se que esse fortalecimento tende a ser útil e muito importante em outras demandas e ações dos agricultores familiares, como o acesso a outros mercados e a luta por direitos garantidos e não operacionalizados. Coca (2015), além de todos estes aspectos positivos já enunciados, referencia a possibilidade que o programa oferece para a organização e emancipação econômica das mulheres. Nota-se em muitos casos que o protagonismo da ação familiar na produção, gestão, e comercialização nesse programa é delas.

## Metodologia

A pesquisa, de caráter quali-quantitativo, foi desenvolvida tendo como objetivo obter considerações e impressões que permitam melhorar e qualificar a execução do PAA no Território Cantuquiriguaçu (Figura 1). Esta é fruto de uma ação maior realizada pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) que teve como objetivo final mapear e analisar as iniciativas e alternativas de comercialização para a agricultura familiar no Território. O estudo que originou esta pesquisa teve seu início em março do ano de 2015, no bojo do projeto "Governança da Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário" que é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho Nacional de Pesquisa e desenvolvimento Científico (CNPq) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Figura 1 – Localização do Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil



Fonte: SANTOS, 2016.

Operacionalmente esta pesquisa foi organizada em duas etapas distintas: a *primeira* consistiu no levantamento de dados primários e secundários, o qual se deu por meio da aplicação de questionários semiestruturados (que continham perguntas de identificação dos entrevistados, quanto tempo que trabalha com o PAA, quais produtos são entregues, entre outras). Nesta etapa também foram realizadas consultas em bancos



de dados da CONAB sobre a execução do programa no Território em questão. Em uma *segunda* etapa foram realizados levantamentos bibliográficos os quais tinham por objetivo auxiliar na interpretação dos dados e compreender melhor as temáticas em questão.

Os questionários foram aplicados tendo por base uma amostra qualitativa que desse conta da diversidade dos atores envolvidos na execução do programa nos 20 municípios que constituem o Território da Cantuquiriguaçu. A escolha dos atores teve como critérios acessibilidade, conveniência, e a análise de municípios que possuem projetos de PAA em execução, ou que já foram executados ao longo do período de interesse (2010 a 2016).

Para a formulação dos questionários semi-estruturados, tomou-se como base algumas informações principais, tais como (1) o histórico da participação no programa, (2) principais dificuldades para o acesso às políticas, (3) Sugestões/importância programa para organizações/entidades e produtores, sistematizados em perguntas qualitativas e quantitativas, abertas e fechadas. Os atores entrevistados foram selecionados a partir do organograma de funcionamento do programa, que além de referenciar os beneficiários fornecedores, os beneficiários consumidores, também dá importância ao papel do agente local de desenvolvimento, geralmente ligado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) o qual deve colaborar no controle social do programa (CONAB, 2016).

Na busca pelo atendimento da diversidade de informantes foram entrevistados colaboradores das secretárias de agricultura, EMATER, cooperativas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, famílias de agricultores fornecedores e representantes de entidades beneficiárias. As impressões provenientes dos diferentes segmentos, na medida do possível, serão apresentadas de maneira que seja possível considerar a sua origem, possibilitando assim visualizar o panorama geral da execução do programa, além das minúcias provenientes dos diferentes papéis no processo.

Ressalta-se que os projetos investigados foram aqueles propostos por organizações da agricultura familiar e encaminhados para a CONAB, e estes possuem como característica a operacionalizados por meio de duas modalidades, PAA Compra com Doação Simultânea (CDS) e PAA Formação de Estoques (FE) para a Agricultura Familiar. Estas duas modalidades tiveram projetos financiados no território com recursos dos dois agentes financiadores do programa, MDA e MDS.

É importante salientar que os Estados, Distrito Federal, Municípios ou Consórcios Públicos podem se tornar unidades executoras do PAA, recebendo recursos do MDS e

fazendo todo o processo e de contratação de projetos junto a organizações e agricultores familiares. No caso do estado do Paraná, a extinta Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) manteve termos de adesão com o MDS e executou o PAA modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar, inclusive em municípios do Território Cantuquiriguaçu. Em alguns casos a referida secretaria operacionalizava o programa por meio de contrato com associações e cooperativas e em outros contratava diretamente com os agricultores.

Houve interesse por parte dos pesquisadores na análise destes projetos, contudo, a falta de informações sistematizadas por meio do órgão gestor do estado e a impossibilidade de contato com os responsáveis da extinta secretaria inviabilizaram esta abordagem, ficando o estudo focado na avaliação dos projetos operacionalizados por meio da CONAB.

### **Análise e discussão dos dados**

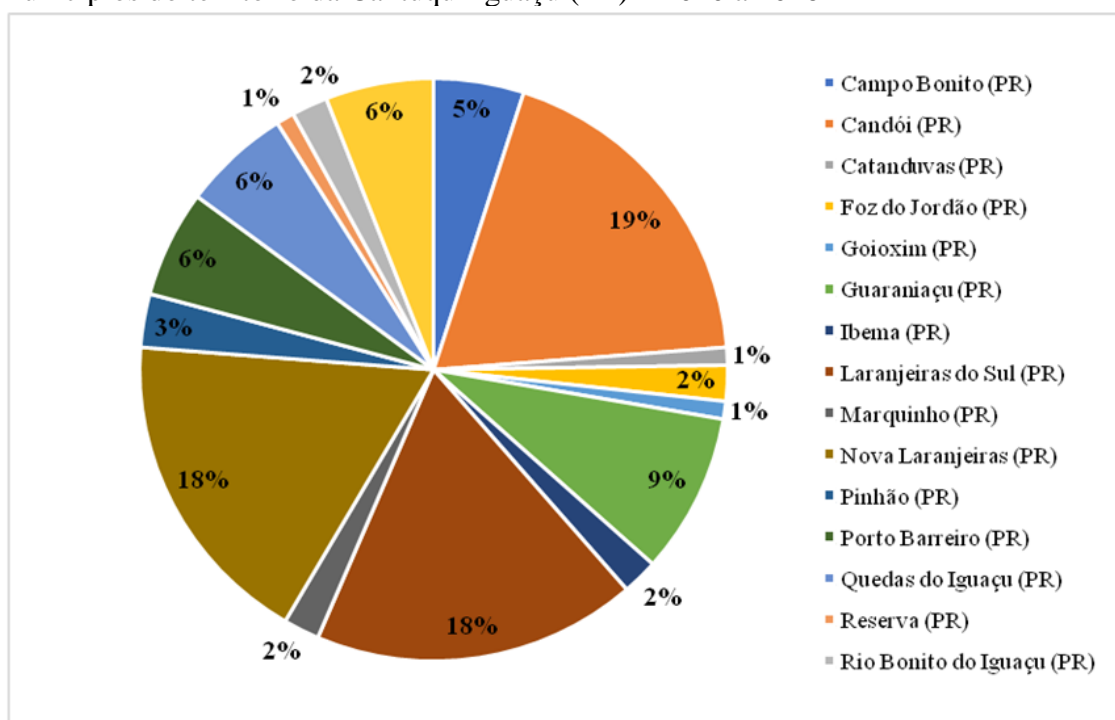
#### **Panorama da execução do PAA no Território Cantuquiriguaçu no período de 2010 a 2016**

A partir do levantamento e análise dos dados, observou-se que no Território da Cantuquiriguaçu, constam em registros da CONAB projetos executados em dezesseis municípios, por doze cooperativas e onze associações entre os anos de 2010 a 2016. (CONAB, 2017). Ao longo do período analisado foram diagnosticados 60 projetos, entre as modalidades doação simultânea e formação de estoque, os quais totalizaram um montante de R\$ 10.089.740,08. Os municípios de Porto Barreiro, Pinhão e Candói foram os que receberam o maior número de projetos, sendo respectivamente treze, oito e sete propostas executadas. Candói e Pinhão também tiveram o maior número de entidades que executaram projetos no território, de forma que o primeiro teve quatro entidades e o segundo com três. Ainda faz-se referência aos municípios de Laranjeiras do Sul e Guaraniaçu, ambos com projetos executados por duas organizações em cada. Ao se comparar estas duas variáveis (projetos por município e entidades com projetos por município), retoma-se o desempenho de Porto Barreiro, que recebeu o maior número de projetos e todos executados por uma única instituição. Esta conjuntura pode conotar certo

grau de eficiência desta entidade na proposição de projetos junto a CONAB ao longo do tempo.

No que diz respeito ao montante de recursos investidos nos municípios do Território Cantuquiriguaçu pelo MDS e MDA, por intermédio da CONAB, verificou-se um total de aproximadamente 10 milhões de reais. Aponta-se que 55% deste valor foi implementado em apenas três municípios, sendo eles Candói com 19%, Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul com 18% cada. Esta concentração pode ser visualizada no Gráfico 1, o qual ilustra a divisão dos recursos para todos os vinte municípios do Território.

**Gráfico 1** – Recursos do Programa de Aquisição de Alimentos gastos pela CONAB nos municípios do território da Cantuquiriguaçu (PR) – 2010 a 2016



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da CONAB, 2017

Conforme as informações do gráfico 1, pode-se afirmar que a operacionalização dos recursos do PAA nos municípios do Território ocorreu de maneira heterogênea, e que isso decorre do fato da implementação depender muito da atuação e participação dos agentes locais, sejam eles da sociedade civil (cooperativas, associações, sindicatos e outros) ou do Poder Público (Órgãos de ATER, Secretarias Municipais, Prefeituras e outros). Estes agentes, com sua participação, tornam-se protagonistas ao longo do processo e condicionam o desempenho do programa em seus respectivos municípios.

Para se avaliar com um pouco mais de minuciosidade a execução deste programa

no Território, faz-se necessário olhar para ele por modalidade de execução. Nesse sentido, tem-se a tabela 1, a qual apresenta os valores de projetos aprovados na modalidade Doação Simultânea ao longo do período estudado.

**Tabela 1** - Valores (em R\$) da Execução do PAA (VIA CONAB) na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) nos municípios do território da Cantuquiriguaçu (PR) - 2010 a 2016

LOCALIDADE	2010	2011	2012	2013	2015	2016	TOTAL
Campo Bonito	120.855,00	170.527,27	200.056,10				491.438,37
Catanduvas						39.931,16	39.931,16
Candói	215.018,35		386.867,47	772.700,00	504.000,00		1.878.585,82
Foz do Jordão	164.542,50						164.542,50
Goioxim	103.002,20						103.002,20
Guaraniaçu	207.756,00	330.504,30	313.062,12			47.341,47	898.663,89
Ibema	37.319,95		119.968,27				157.288,22
Laranjeiras do Sul	271.281,95	467.368,00	514.266,04			547.520,95	1.800.436,94
Marquinho	93.013,00	103.979,00					196.992,00
Nova Laranjeiras	404.746,51	500.000,00	555.364,75		392.827,10		1.852.938,36
Pinhão	243.192,90						243.192,90
Porto Barreiro	238.795,48						238.795,48
Quedas do Iguaçu	596.721,64						596.721,64
Reserva do Iguaçu	139.614,20						139.614,20
Rio B. do Iguaçu					200.735,60		200.735,60
Três B. do Paraná		163.238,45	188.386,63	215.673,72			567.298,80
<b>TERRITÓRIO</b>	<b>2.835.859,6</b>	<b>1.735.617,0</b>	<b>2.277.971,3</b>	<b>988.373,72</b>	<b>1.097.562,7</b>	<b>634.793,58</b>	<b>9.570.178,08</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da CONAB, 2017

Ao se observar os valores da tabela 1, perceber-se que os totais são muito parecidos nos três municípios com melhor desempenho, ou seja, Candói, Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul lograram êxito na operacionalização de recursos do PAA focando sua atuação na modalidade Doação Simultânea. Em relação a essa modalidade, cabe ressaltar que o êxito está condicionado, além da elaboração do projeto e organização da produção, também na mobilização e organização das entidades beneficiárias, haja vista que a CONAB paga a entidade executora para que ela entregue sua produção às entidades cadastradas, sendo elas do município da executora ou não.

Nesse sentido, entre as três primeiras, nota-se que os municípios de Candói e de Nova Laranjeiras são menores do que o terceiro colocado, Laranjeiras do Sul, o qual em via de regra, pode possuir uma rede maior de instituições que se enquadram como beneficiárias em relação aos dois primeiros colocados.

Referente ao montante investido pela CONAB nos municípios do Território na modalidade formação de estoque nota-se um tímido desempenho em alguns municípios. Essa situação pode demonstrar certa fragilidade das organizações da agricultura familiar,

pois, este baixo desempenho pode ser proveniente de algumas situações, sendo a falta de conhecimento da modalidade, a dificuldade em operar a modalidade ou a falta de interesse de realizar tais operações.

**Tabela 2** - Valores (em R\$) da Execução do PAA (VIA CONAB) na modalidade Formação de Estoque (FE) no território da Cantuquiriguaçu - 2010 a 2016.

LOCALIDADE	2010	2012	2015	TOTAL
Pinhão	40.498,32	44.998,50		85.496,82
Porto Barreiro	76.990,40	281.887,70	21.187,08	380.065,18
Três Barras do Paraná	54.000,00			54.000,00
TOTAL	171.488,72	326.886,20	21.187,08	519.562,00

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da CONAB, 2017.

De acordo com a tabela 2, observa-se que o maior montante contratado desta modalidade foi no município de Porto Barreiro, seguido por Pinhão e em terceiro lugar Três Barras do Paraná. A execução desta modalidade possui uma característica diferenciada das demais modalidades do PAA, haja vista que nesta, a relação é estabelecida unicamente entre a CONAB e a entidade executora, não havendo entidades beneficiárias. Dessa forma, pode-se entender que não se configura como estratégica para a segurança alimentar dos municípios e das entidades locais, diferente da modalidade Doação Simultânea. Pode ser que tal situação seja responsável pelo baixo número de propostas e pelo baixo montante financeiro (pouco maior que meio milhão), ficando a elaboração e execução desses projetos dependente unicamente da vontade, disponibilidade e capacidade de operacionalização das cooperativas.

### **Percepções, entraves e efeitos positivos do PAA no Território Cantuquiriguaçu.**

Acredita-se que o montante de recursos destinados para o PAA pode ter três efeitos positivos associados a ele: (i) sobre os produtores, (ii) outro sobre os beneficiários e (iii) outro efeito multiplicador geral na economia. Diversos estudos realizados em âmbito nacional citam estes benefícios oriundos da operacionalização do PAA, cabendo para este momento a referência de alguns deles.

Para Rodriguez (2012), aos agricultores familiares coube um significativo incremento na renda mensal, principalmente para as mulheres, as quais passaram, a partir da atuação junto ao PAA, a possuir renda. Salienta-se que esta situação é de grande valia para o empoderamento feminino, haja vista que em outras modalidades de cultivo e comercialização o protagonismo é exercido pelo homem (RODRIGUES, 2012). No que concerne aos efeitos positivos do PAA sobre os beneficiários da política pública, salienta-

se que por meio deste programa se proporciona o encontro entre dois segmentos marginalizados e empobrecidos: o produtor (por vezes marginalizado dos processos econômicos encabeçados pelo agronegócio) e dos trabalhadores, desempregados, marginalizados pela crise estrutural do capitalismo (RABELLO e LEAL, 2014; SANTANA, 2013). Ademais, o PAA tem cumprido seu papel como política de segurança alimentar, principalmente quando se estende o programa como responsável pela promoção do "direito das populações em receber alimentos com quantidade, "qualidade" e regularidade" (RABELLO e LEAL, 2014).

Outro fator salientado em pesquisas sobre o programa diz respeito ao resgate da autoestima dos agricultores familiares, tanto no âmbito pessoal quanto no que diz respeito à motivação da categoria. Ao ingressar no programa e cumprir com o designado, este ator volta a se perceber como um elo importante e significativo em uma ação de respaldo nacional (BECKER et al., 2010).

Sobre o efeito multiplicador na economia local, estudo realizado por Chmielewska et al., (2010), se refere ao PAA como um dinamizador do comércio local. Aponta que na medida em que o agricultor comercializa no local ele também passa a gastar localmente, comprando mais insumos e outros bens, situação que não aconteceria se a compra de alimentos por parte das entidades beneficiárias fosse realizada em outros fornecedores (CHMIELEWSKA et al., 2010).

Com base nesse panorama teórico e empírico, se compreendeu a necessidade de verificar os dados de execução ano a ano para tentar compreender alguns aspectos inerentes a sua implementação. Por meio desta análise pôde-se perceber que ao longo do período houve uma considerável diminuição nos projetos, tanto no que se refere ao número de propostas (13 em 2010 e apenas 3 em 2016) quanto o que concerne ao montante contratado (2,8 milhões em 2010, pouco mais de 600 mil em 2016).

Infere-se que uma das razões pelas quais o programa sofreu um considerável encolhimento ao longo do tempo foi o entendimento por parte de órgãos ligados a justiça de que o PAA nada mais era do que um programa assistencialista e populista, cujos projetos eram coordenados e "dominados" por prefeituras, organizações ou movimentos sociais ligados ao então governo federal (TRICHES e GRISA, 2015). Segundo as autoras este raciocínio materializou-se em uma retórica por elas chamadas de perversa, a qual chegou ao ponto de teorizar que "haveria acordos entre os servidores das organizações

responsáveis com os coordenadores dos Programas, a fim de serem desconsideradas as “irregularidades” constatadas, dando continuidade aos mesmos” (TRICHES e GRISA, 2015, p. 21).

Tal retórica tornou-se material por meio da investigação conduzida pela política federal, que em meados de 2011 começou a apurar a execução de projetos executados nos municípios de Guarapuava, Foz do Jordão, Honório Serpa, Candói, Ponta Grossa, Irati, Rebouças, Teixeira Soares, Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Itapejara D’Oeste, Goioxim, Pinhão e Querência do Norte. Os projetos apurados situavam-se temporalmente dispersos entre 2009 a 2013 e de acordo com a política federal foram encontradas evidências de desvio de recursos em todos eles. Corroborados por estas evidências, no dia 24 de setembro de 2013 a PF deflagrou a operação “Agro-Fantasma” por meio da qual foram, dentre outras, executados 11 mandatos de prisão e 37 de busca e apreensão e mais 37 agentes foram conduzidos coercitivamente, dentre eles, agricultores familiares, presidentes de associações e cooperativas, gestores municipais e da CONAB. Segundo Triches e Grisa (2015) a operação “Agro-Fantasma” apontava para

Um mau gerenciamento do PAA, considerando principalmente que a forma com que vinha sendo conduzido era ilícita. Muitas das alegações diziam respeito a acordos entre produtor, entidade e coordenação para entregar menos produtos, mas recebendo como se estivesse entregando a mais para compensar o baixo valor pago, compra ou empréstimo de produtos de terceiros para entrega no projeto, troca de produtos não autorizada pela CONAB, produtos constando como sendo entregues em grandes quantidades em períodos climáticos desfavoráveis para sua produção (ex.: produtos de verão entregues no inverno), entre outras (TRICHES e GRISA, 2015, p 20).

Para Pimentel et al., (2017), a já mencionada operação pode ser caracterizada por um ato de violência protagonizado pelo estado, haja vista que, respaldada pelo sistema jurídico, restringiu o direito de liberdade de diversas pessoas sem ao menos ter provas suficientes para tanto. Tais irregularidades constatadas nos projetos são provenientes de racionalidades diferentes entre os legisladores, gestores e os operadores do programa e quando cometidas, eram porque os “agricultores buscavam formas de facilitar a operacionalização do programa de alimentos dentro da associação, sem que houvesse vantagens ilícitas sobre tal procedimento” (PIMENTEL et al., 2017, p. 256).

Outro ponto ressaltado por estes autores faz referência ao fato de que o PAA é uma política pública estrutural, contudo, nas peças processuais argumentadas em questão o programa é apresentado como assistencialista, “conceito que carrega em si carga pejorativa, pois reproduz ideias relacionadas à dependência patológica dos pobres em relação ao estado” (PIMENTEL et al., 2017, p. 251).

As irregularidades encontradas eram, de certa forma, o modo pelo qual a associação operacionalizava a burocracia do PAA, adequando-a à sua realidade, que se trata, inegável, de irregularidade administrativa, muitas vezes constatadas pela própria CONAB, embora os indícios de crime devessem, é claro, ser apurados (PIMENTEL et al., 2017, p. 258).

Acredita-se que toda essa conjuntura imposta pelos órgãos ligados a justiça possa ter fragilizado a execução do programa, gerando uma demasiada insegurança entre os atores envolvidos no processo, sejam eles os agricultores produtores, as entidades de ATER apoiadoras, o órgão federal gerenciador ou até mesmo as entidades beneficiárias. Ouviu-se de muitos entrevistados que a insegurança e o clima hostil instaurado pela investigação foi tão grande que, no que se refere aos agricultores e suas organizações era preferível "não se envolver mais com o programa", pois a caça as bruxas estava muito exagerada, deturpando demais a verdade dos fatos.

Diz-se caça as bruxas também tendo por base o entendimento de Pimentel et al., (2017), na medida em que eles salientam que as prisões não eram necessárias e tampouco legalmente fundamentadas.

Durante o percurso das investigações, antes mesmo do oferecimento denúncia e deflagração de processo-crime, a Polícia Federal de Curitiba formulou pedido de prisão preventiva de alguns dos investigados, no qual, frisa-se, o Ministério Público Federal se manifestou contrariamente, no sentido da adequação e suficiência de medidas cautelares diversas da prisão, como o afastamento dos envolvidos das funções ocupadas. Isto, porém, não surtiu efeito sobre a decisão judicial, que decretou as prisões preventivas (PIMENTEL et al., 2017, p. 258).

Como efeito da deflagração, principalmente das prisões em 2013, no ano de 2014 não houve nenhum projeto aprovado e executado nos municípios do Território Cantuquiriguaçu. Em 2015, a retomada aconteceu a passos lentos, tanto em número, valores de projetos, quanto na quantidade de agricultores familiares envolvidos. Mesmo que tenha ocorrido a resolução dos problemas, o efeito dessa ação foi prejudicial para o programa, uma vez que gerou desmobilização e recuo das estruturas construídas para sua implementação ao longo dos anos, sejam elas físicas ou sociais.

Não havendo constatação de crime, as prisões no âmbito da “Agro-Fantasma” se firmam como “violência legitimada pelo aparato estatal repressor” (PIMENTEL et al., 2017, p. 261), contudo, tal violência não acaba aí, para eles, tais atos foram

A justificativa/causa do desmonte do PAA. Assim, a criminalização dos agricultores, com sua extensa divulgação na mídia<sup>22</sup>, criou o consenso na população que o PAA era fonte de corrupção, além de que assistencialista.



Justificou, desta forma, a retração dos investimentos governamentais, que não por acaso, deu-se justamente nos anos 2012/2013 (PIMENTEL et al., 2017, p. 261).

De fato, se por um lado se admite que a quantidade de recursos foi significativa no período analisado, por outra é possível afirmar que o número de famílias agricultoras envolvidas em sua execução é considerado baixo. Recolhendo os dados do portal da transparência da CONAB se visualiza que no período de 2010-2016 (Tabela 3) tem-se uma média de 436,67 agricultores envolvidos na execução por ano, ficando em 2010 o maior número, 1.020 agricultores e em 2016 a menor participação de agricultores, 106. Este universo de fornecedores pode ser considerado baixo na medida em que se constata que no Território Cantuquiriguaçu, existiam 21.184 agricultores familiares, 1.979 famílias acampadas e 4.264 famílias assentadas pela reforma agrária, em 2009. Tal comparativo torna questionável uma afirmação de que o PAA possui um atendimento massivo dos agricultores familiares no Território Cantuquiriguaçu.

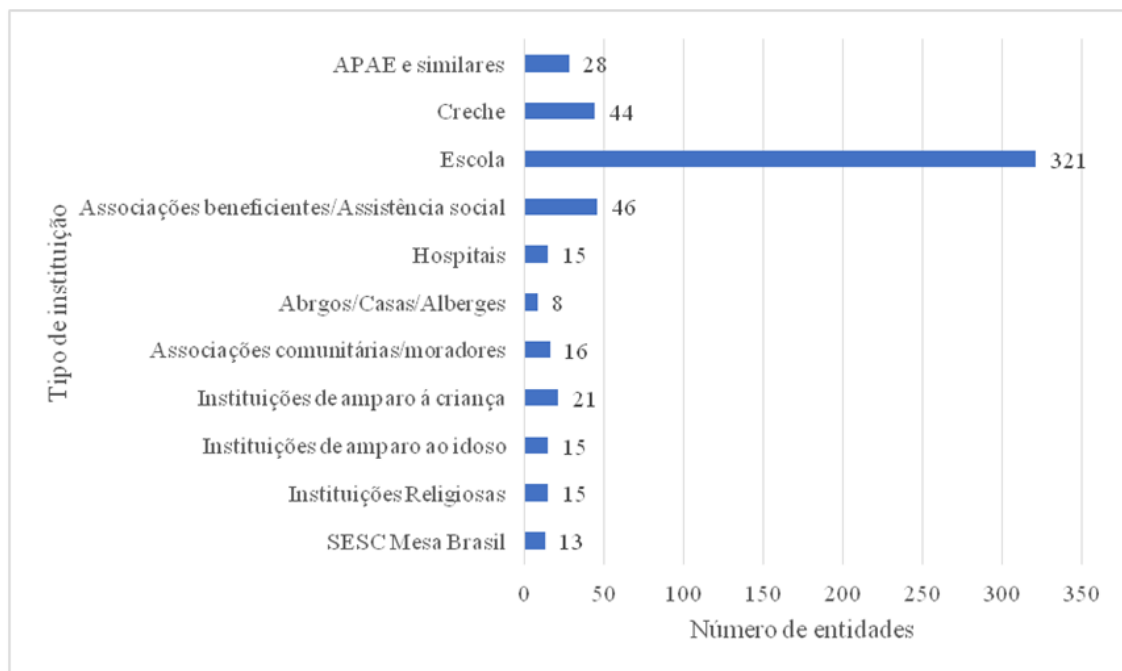
**Tabela 3** - Número de Agricultores envolvidos nos projetos de Programa de Aquisição de Alimentos no território da Cantuquiriguaçu - 2010 a 2016

ANO	2010	2011	2012	2013	2015	2016	TOTA	Média
<b>Campo Bonito</b>	48	52	49				<b>149</b>	<b>49,67</b>
<b>Candói</b>	68		88	94	67		<b>317</b>	<b>79,25</b>
<b>Catanduvás</b>						14	<b>14</b>	<b>14</b>
<b>Foz do Jordão</b>	45						<b>45</b>	<b>45</b>
<b>Goioxim</b>	61						<b>61</b>	<b>61</b>
<b>Guaraniaçu</b>	83	93	85			18	<b>279</b>	<b>69,75</b>
<b>Ibema</b>	11		25				<b>36</b>	<b>18</b>
<b>Laranjeiras do Sul</b>	112	138	154			74	<b>478</b>	<b>119,50</b>
<b>Marquinho</b>	35	34					<b>69</b>	<b>34,50</b>
<b>Nova Laranjeiras</b>	100	112	127		95		<b>434</b>	<b>108,50</b>
<b>Pinhão</b>	77		10				<b>87</b>	<b>87</b>
<b>Porto Barreiro</b>	140		82		6		<b>228</b>	<b>114</b>
<b>Quedas do Iguaçu</b>	136						<b>136</b>	<b>136</b>
<b>Reserva do Iguaçu</b>	92						<b>92</b>	<b>92</b>
<b>Rio Bonito do Iguaçu</b>					33		<b>33</b>	<b>33</b>
<b>Três B. do Paraná</b>	12	46	58	46			<b>162</b>	<b>54</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1020</b>	<b>475</b>	<b>678</b>	<b>140</b>	<b>201</b>	<b>106</b>	<b>2620</b>	<b>436,67</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da CONAB, 2017

Ao se observar outro elo na execução do PAA, as entidades beneficiárias, verifica-se que estas são, em grande maioria, instituições de ensino municipais e estaduais, desde a creche até a educação de jovens e adultos passando pelos estabelecimentos de educação especial (gráfico 2). Ao se entrevistar os agentes ligados as mais diversas instituições beneficiárias foi possível se constatar que existe uma grande valorização dos produtos da agricultura familiar recebidos por meio dos projetos.

**Gráfico 2** – Entidades beneficiárias do PAA, modalidade compra com doação simultânea, operacionalizada pela CONAB no território da Cantuquiriguaçu – 2010 a 2016



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da CONAB, 2017

Os diferentes públicos beneficiários atendidos pelo PAA e entrevistados para a realização deste trabalho manifestaram contentamento em receber os produtos da agricultura familiar, cada qual por um motivo em específico. Nas escolas, tanto municipais quanto estaduais, os agentes afirmaram que a entrega de produtos do PAA geram melhorias no cardápio, aumentando a variedade e a qualidade das refeições. Salienta-se que, principalmente nas escolas estaduais, os produtos destinados para o consumo são enlatados e industrializados.

Os agentes ligados a rede de ensino dos municípios, além do benefício do aprimoramento dos cardápios, relataram que o recebimento de produtos por meio do PAA gera economicidade ao orçamento público local, haja vista que ao serem beneficiárias deste programa as escolas demandam menos produtos alimentícios nas aquisições com recursos das prefeituras municipais.

Com os atores ligados as entidades assistenciais e beneficentes, as quais diferentemente das escolas não possuem orçamento garantido e repassado para a compra

de alimentos<sup>1</sup>, constatou-se que a destinação de produtos do PAA constituía maior parte do ingresso de gêneros alimentícios disponíveis aos atendidos. Neste segmento do público beneficiário, principalmente por se tratar do atendimento a um extrato da população que se encontra geralmente em vulnerabilidade e insegurança, nota-se que o sentimento de gratidão por fazer parte do programa é acrescido da convicção de que boa parte da composição do cardápio, ou da instituição ou das famílias atendidas, é proveniente do programa em questão. Sendo assim, nota-se que no que se refere a execução do PAA no Território Cantuquiriguaçu o objetivo de promover o acesso a alimentação é atendido, uma vez que os alimentos adquiridos são encaminhados para grupos em insegurança alimentar e nutricional além da rede pública e filantrópica de ensino (HESPANHOL, 2013).

Os agentes ligados as entidades proponentes, as quais fazem a relação entre o agricultor e as entidades beneficiárias, relatam a necessidade de melhorias na legislação e desburocratização de normativas para produtos, por exemplo, artesanais e agroindustrializados; divergência na aplicação das regras entre os próprios fiscais da CONAB; sequelas da operação “Agro-Fantasma”; e o baixo preço pago pelos alimentos.

Já dentre os agricultores, os principais entraves diagnosticados foram questões relacionadas a falta de diálogo entre os agentes envolvidos na execução do programa; pouco apoio das secretárias municipais de agricultura no planejamento da produção e na assistência técnica em geral; e pouco apoio do poder público local em questões cruciais, como por exemplo, a logística. Posterior ao questionamento sobre os entraves na operacionalização do programa os atores foram questionados sobre quais as sugestões pessoais para a qualificação e melhoria do programa.

Dentre as sugestões, os agentes das entidades beneficiárias pontuam o aumento do leque dos produtos disponibilizado pelo programa, haja vista que nas entrevistas ficou nítido que o PAA é em muitos dos casos, a única ação que promove o ingresso de alimento para a instituição. As sugestões dos representantes das entidades proponentes focaram no desencadeamento de processos formativos, que auxiliem no aprimoramento da organização dos agricultores a qual poderá repercutir significativamente na melhoria da atuação destes no programa; maior apoio do poder público nas ações de logística

---

<sup>1</sup> Faz-se necessário ressaltar que depois de 2009 os entes federados passaram a ter obrigatoriedade investir no mínimo 30% do recurso repassado pelo FNDE no âmbito da alimentação escolar em produtos da agricultura familiar. Assim, os estabelecimentos de ensino passaram a figurar como público beneficiário da agricultura familiar também para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

(armazenagem, processamento e transporte); intensificar e qualificar o diálogo entre as cooperativas e os agricultores; Instaurar, juntamente com as entidades proponentes e agricultores fornecedores, um processo de revisão das normas do programa tendo em vistas a redução das burocracias de acesso; a promoção de diálogo com vigilância sanitária para desburocratizar a obtenção de licenças sanitárias viabilizando assim o ingresso de um maior leque de produtos neste mercado; e por fim, para os agentes das instituições proponentes, o aumento no valor pago pelos produtos é um fato que se caracteriza como melhoria para o programa.

Na percepção dos agricultores, aspectos que contribuiriam para melhorar o programa estariam relacionados a qualificação da parceria entre eles e as secretarias de agricultura dos municípios e que nessa parceria os agricultores tivessem mais voz e não fossem apenas tratados como agentes passivos na execução das políticas públicas. Outro ponto investigado diz respeito a percepção dos agentes ligados a execução do PAA sobre os efeitos das paralisações dos projetos, principalmente em decorrência da operação “Agro-Fantasma”. Para eles, dentre os principais agravos desta operação destaca-se o bloqueio de pagamentos de produtos já entregues; glosas de notas já pagas aos agricultores, ocasionado à devolução de dinheiro por parte das entidades executoras à união; a devolução do recurso ainda não executado e encerramento dos projetos vigentes; desmobilização e instauração de um ambiente inseguro para os agricultores, gestores e entidades beneficiárias; e perda de produção por parte dos agricultores familiares cujos contratos estabelecidos oportunizaram o planejamento e a produção escalonada de acordo com a demanda.

De fato, por mais que as investigações realizadas tenham se dado em um determinado espaço geográfico, nota-se uma grade repercussão que se alastrou para a política pública como um todo. Transcorridos três anos das prisões preventivas, “declarou improcedente a denúncia do MPF e absolveu os réus, por não existir prova suficiente para a condenação” (PIMENTEL et al., 2017, p. 261).

Por fim, salienta-se que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditorias em alguns contratos do Programa de Aquisição de Alimentos executados no estado do Paraná e sugeriu que a CONAB tomasse algumas medidas restritivas. Tais medidas foram publicadas em carta circular nº 882 de 15 de maio de 2015, cujo teor vetou a contratação de projetos que contemplem a aquisição de produtos panificados e que somente

contrataria projetos com produtos processados, minimamente processados e beneficiados, se as estruturas que operacionalizam esses processos forem do agricultor familiar ou da cooperativa, não permitindo assim a terceirização ou a parceria com outras estruturas.

Além disso, se referência que os trabalhos do TCU sobre as denúncias de irregularidades apresentadas pela Polícia Federal na operação “Agro-Fantasma” foram concluídos em 22/11/2016 e publicadas por meio do acordo nº 7248/2016. Por meio deste documento os ministros do TCU acatam as justificativas apresentadas pelos servidores da CONAB para a série de supostas irregularidades apontadas e também tecem recomendações para que o órgão aprimore os processos de acompanhamento da execução deste programa.

## **Conclusões**

Mediante todas estas informações, sejam elas qualitativas ou quantitativas, coletadas por meio de fontes primárias ou secundárias, percebe-se a existência de gargalos na execução do programa, os quais dificultam e/ou restringem a atuação dos agricultores familiares. Dentre os principais gargalos destaca-se o processo de desarticulação, tanto de grupos já organizados, consolidados e atuantes no mercado institucional quanto de grupos que atualmente se preparavam para iniciar sua atuação junto a este mercado. Tal desarticulação afeta gravemente a geração de emprego, renda e se não inviabiliza, torna menos eficiente a operação de estruturas construídas tendo em vista a comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ilustra este fato as informações coletadas no segundo semestre de 2016, as quais dão conta de que, além de poucos projetos aprovados no ano, aqueles aprovados encontravam-se paralisados nas entidades executoras, as quais necessitavam, primeiramente resolver pendências para depois darem continuidade em suas operações.

Ao se considerar o montante de recursos, a quantidade de agricultores envolvidos e o caráter das entidades proponentes e beneficiárias, conclui-se que a execução do PAA no Território Cantuquiriguaçu possui potencial de promoção para o desenvolvimento rural, seja pelos fatores multiplicadores dos recursos financeiros injetados no território, seja pelo apoio às instituições locais. Contudo, existem inúmeros desafios e dentre eles destaca-se a falta de conhecimento do PAA por parte dos agricultores, a carência de apoio, estruturas e logística e a falta de integração com outras políticas públicas.

Conclui-se que presença de uma organização forte, seja ela uma associação ou

cooperativa, é um fator condicionante para a existência de projetos do PAA nos municípios. Além do mais, a execução desses projetos são maneiras pelas quais essas organizações se fortalecem, ou seja, o programa e sua execução promovem, ou no mínimo se inserem em um círculo virtuoso no ambiente local. Em relação a isso, nota-se que os municípios que tiveram maior número de projetos executados são aqueles onde as associações e cooperativas estão vinculadas a movimentos sociais, tais como Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Os municípios onde se executou o maior percentual de recursos no território também seguem essa lógica, apresentam cenário com organizações fortes vinculadas aos mesmos movimentos. Os quatro municípios onde houve maior número de entidades fornecedoras são, da mesma forma, os mesmos municípios que se apresentam na vanguarda dos aspectos anteriores, na exceção de um deles, que ao ser analisado constatou-se a forte atuação do poder público municipal no apoio das associações e cooperativas que acessam o programa.

Ao mesmo tempo em que o programa é considerado atraente e estruturante, tem-se o fato de que a sua abrangência ainda é pequena, considerando que menos de 5% dos agricultores tiveram acesso nos municípios do Território Cantuquiriguaçu no período de 2010 a 2016. Acredita-se que essa situação foi agravada ao longo do período após a operação “agro fantasma” e pelas normativas impostas pelo TCU. Entretanto, em linhas gerais e considerando a dinâmica territorial é possível que sejam dados saltos qualitativos e quantitativos na execução do PAA no Território, sendo imperativo para isso a realização de debates e reuniões coletivas com os diversos atores locais, com objetivo de buscar formas de ampliação, melhorias e consolidação do programa.

Por fim, embora o estudo se restrinja a um estudo localizado, espera-se que este se constitua como um pequeno passo em direção a reflexões mais elaboradas e dinâmicas da realidade que permeiam a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

### **Referências bibliográficas**

AGUIAR, Danilo Rolim Dias; FIGUEIREDO, Adelson Martins. Poder de mercado no varejo alimentar: uma análise usando os preços do estado de São Paulo. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 49, n. 4, p. 967-990, Dec. 2011 .

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/cantuquiriguaupr>>. Acesso em Maio de 2016.

BRASIL, **DECRETO Nº 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm). Acesso em março de 2017.

BECKER, Cláudio. O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural. In: **48º Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/427.pdf>. Acesso em março de 2017.

CHMIELEWSKA, Danuta; SOUZA, Darana; LOURETE, Acácio Alvarenga. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as Práticas dos Agricultores Participantes Orientadas ao Mercado: estudo de caso no Estado de Sergipe**. Brasília: IPEA, 2010. Texto para Discussão n. 1510.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. O Programa de Aquisição de Alimentos como uma política pública emancipatória no Território Cantuquiriguaçu-PR. **REVISTA NERA**, n. 26, p. 165-182, 2015.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Cartilha de operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16\\_06\\_17\\_10\\_21\\_02\\_cartilha\\_p.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf) Acesso em 28 de março de 2017.

CONDETEC. **Cantuquiriguaçu Território Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

GRISA, Catia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

GRISA, Catia et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: **SEMINÁRIO TEMÁTICO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)**. Action Brasil. Juazeiro-BA, v. 24, 2012.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, Dec. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2010). **Sinopse o Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=0>. Acesso em Fevereiro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777p. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf). Acesso em Dez. de 2015.

- MATTEI, Lauro. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa.** Cadernos do CEAM (UnB), v. 07, p. 33-44. Disponível em:  
<<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/20/22>> Acesso em Janeiro de 2016.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.**, São Paulo , v. 15, n. 43, p. 185-206, Dec. 2001.
- PIMENTEL, Anne Geraldi et al. A repressão político-judicial do Estado: a violência legítima da operação agro-fantasma e suas consequências para os agricultores camponeses da Região Sudeste do Paraná. **Emancipação**, v. 17, n. 2, p. 246-264, 2017.
- RABELLO, Diógenes; LEAL, Sidney Cássio Todescato. A Agroecologia e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) frente à expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – SP. **In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos.** Disponível em <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404071614\\_ARQUIVO\\_CBG-2014-Diogenes,Sidney.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404071614_ARQUIVO_CBG-2014-Diogenes,Sidney.pdf)>. Acesso em março de 2017.
- RODRIGUEZ, Maria Esther Eiras. **Programa de aquisição de alimentos: a inclusão social de pequenos agricultores de Itanhaém (SP).** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.
- SANTANA, Alessandro Fernandes de. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como um vetor de fomento para a agricultura familiar no município de Ilhéus-Ba: o caso da COOFASULBA .** 2013. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.
- SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 52, supl. 1, p. 205-222, 2014.
- TCU, Tribunal de Contas da União. RELATÓRIO DE AUDITORIA. AUDIÊNCIA. ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS. DETERMINAÇÕES. MONITORAMENTO. NECESSIDADE DE DETERMINAÇÕES AO ÓRGÃO CENTRAL DO PROGRAMA AUDITADO. APLICAÇÃO DO ART. 5º, §1º, DA PORTARIA-SEGECEX 13/2011. Disponível em:  
<<https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvIVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS-SESSAO-ENCERRADA&seOcultaPagina=S&item0=574569>>. Acesso em março de 2017.
- TRICHES, Rozane Márcia; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, Presidente Prudente-SP, v. 18, n. 26, p. 10-27, 2015.
- WESZ JÚNIOR, Valdemar João. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no sudeste de Mato Grosso (Brasil).** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.